CEDI
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

PINR 1364

Presidente mantém Funai e revoga garimpos

Deuza Lopes

Os índios brasileiros, que somam 220 mil, receberão duas boas notícias pela passagem da data comemorativa a eles. A primeira será a da revogação dos três decretos que criaram no ano passado as reservas garimpeiras na área dos índios ianomamis em Roraima. A outra se refere à manutenção da Funai como executora da política indigenista dentro da estrutura do Ministério da Justiça, colocando um ponto final no estudo de reformulação do órgão, pela equipe do secretário de Administração Federal, João Santana.

O anúncio da revogação dos decretos, bem como da continuidade da Funai, será realizado hoje pelo presidente da República, Fernando Collor de Mello, em reunião setorial para assuntos indígenas no Palácio do Planalto. Segundo o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, além dessas medidas, também será anunciado a criação de um grupo de trabalho para estudar especialmente a problemática que envolve atualmente os índios ianomamis.

As três reservas garimpeiras criadas no governo Sarney no ano passado, e que serão desativadas, são a Uraricaá, Santa Rosa, de 80 mil hectares, no município de Boa Vista; Uraricoera, de 125 mil hectares nos municípios de Boa Vista e Alto Alegre e a reserva garimpeira Catrimani-Couto Magalhães, de 280 mil hectares pertencentes ao município de Mucajaí. Com a medida, os decretos 98.890 de 21 de janeiro, 98.959 de 15 de fevereiro e 98.960 também do dia 15 de fevereiro, todos do ano passado, passarão a não ter validade.

Reestruturação — Para Cantídio Guerreiro, a solução encontrada pela equipe que estudou a reformulação da Funai condiz com os objetivos que espera obter em sua gestão. Cantídio não considera que o órgão tenha sofrido um processo de esvaziamento em função da transferência de algumas atribuições, como saúde e educação, para a esfera dos respectivos ministérios. Acha apenas que houve um reconhecimento da administração federal de que os índios merecem os cuidados dos órgãos competentes. E além do mais não acredita que a Funai, com a estrutura que possui, seja capaz de atender satisfatoriamente toda a população indígena brasileira em todos os setores.

Para Cantídio, na realidade a Funai só administra problemas, tendo em vista a falta de pessoal e de recursos, como também pela complexidade dos próprios índios que habitam 544 áreas diferentes, o equivalente a dez por cento do território nacional, ou os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte juntos. Estes índios estão distribuídos por 180 etnias diferentes, falam 180 idiomas e ainda existem 60 grupos isolados, onde a Funai tem atenção redobrada para que não sejam molestados pelos não-índios.

Cantídio afirma que a atual estrutura da Funai está desatualizada, com cerca de 70 por cento dos funcionários trabalhando na sede e nas superintendências regionais, enquanto apenas 30 por cento estão "com a mão na massa" no serviço fim, nos postos indígenas. A inversão deste quadro, segundo ele, já teve início, e cerca de 150 servidores foram transferidos para os postos. A meta da nova estrutura deverá alcançar um enxugamento de 50 por cento tanto na sede como nas superintendências.

Demarcação — Outro sério problema enfrentado pela gestão de Cantídio Guerreiro diz respeito à falta de recursos para demarcar as 265 áreas indígenas que faltam ser regularizadas nos próximos dois anos como está previsto na Constituição. Segundo o cronograma de trabalho estabelecido pela Funai, este ano seriam necessários Cr$ 770,5 bilhões somente para identificar e delimitar 66 áreas. Para demarcar outras 103 áreas, a Funai precisaria de Cr$ 11,5 bilhões e mais Cr$ 4 bilhões somente para regularizar a questão fundiária de outras 153 áreas, que se constitui na última etapa para que haja a homologação presidencial da reserva. Enquanto isso, o orçamento global da Funai para a gestão deste ano não ultrapassa os Cr$ 24 bilhões.

Hoje, durante as comemorações do Dia do Índio, o presidente Fernando Collor de Mello será homenageado com a mais alta comenda do indigenismo brasileiro: a "Medalha do Mérito Indigenista". A outorga da medalha, segundo o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, é um reconhecimento aos esforços que vêm sendo levados pelo Governo Federal em prol da causa indígena.

Artíndia apóia cultura tribal

Para incentivar a produção artesanal dos grupos indígenas como forma de manter vivas as culturas das tribos, a Funai criou na década de 70 o Programa de Artesanato Indígena (Artíndia), com o objetivo de apoiar as manifestações artísticas das sociedades indígenas, divulgando as suas culturas no cenário nacional e internacional.

Artíndia atualmente possui lojas em oito capitais: Brasília, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Manaus, Cuiabá e São Luís. Cerca de 60 grupos indígenas participam ativamente da produção artesanal do programa através de exposições permanentes.

Segundo a coordenadora de Artesanato Indígena da Funai, Rosalina Lago, os estrangeiros são os que preferem o artesanato indígena com destaque para os trabalhos em cerâmica, plumárias e trançados, considerados os mais belos. Um diadema vertical de plumas, mais conhecido como "cocá", chega a alcançar no mercado o valor de Cr$ 60 mil. Esse "cocá" é confecciconado normalmente pelos índios txucarramãe e são utilizados em rituais. O objeto já usado em alguma manifestação tem seu preço superior ao confeccionado especialmente para a venda.

Outros produtos expostos, considerados raros, são as máscaras dos índios aparaí. Esta peça é usada pelos índios na tradicional festa da cumeeira. A máscara é confeccionada de palha e entrecasca e recebe a pintura preta e vermelha de urucum e genipapo.

***Moitará** — Dentro do Artíndia há doze anos foi criado o **Moitará** que se constitui numa exposição realizada anualmente por ocasião da semana do índio. **Moitará** significa o comércio de troca realizado entre os índios. Como esta exposição não foi realizada para os índios as peças são vendidas e não trocadas. Todos os anos a organização do **Moitará** seleciona um grupo indígena para ser homenageado pelo Moitará. Este ano será realizada a décima segunda exposição com trabalhos artesanais do grupo indígena que fala o idioma gê. Entre eles estarão apresentados os timbira, canela, cricrati, apinaiê, craô, gavião, ucre, xicrim, caingang entre outros.*

Segundo Rosalina, nos últimos dez anos houve uma radical mudança no uso de materiais na confecção dos artesanatos, com a introdução de peças industrializadas em detrimento das coletadas na natureza. as miçangas, são um exemplo típico, segundo ela, da introdução de materiais estranhos à cultura indígena e poucas tribos continuam a utilizar apenas materiais naturais.

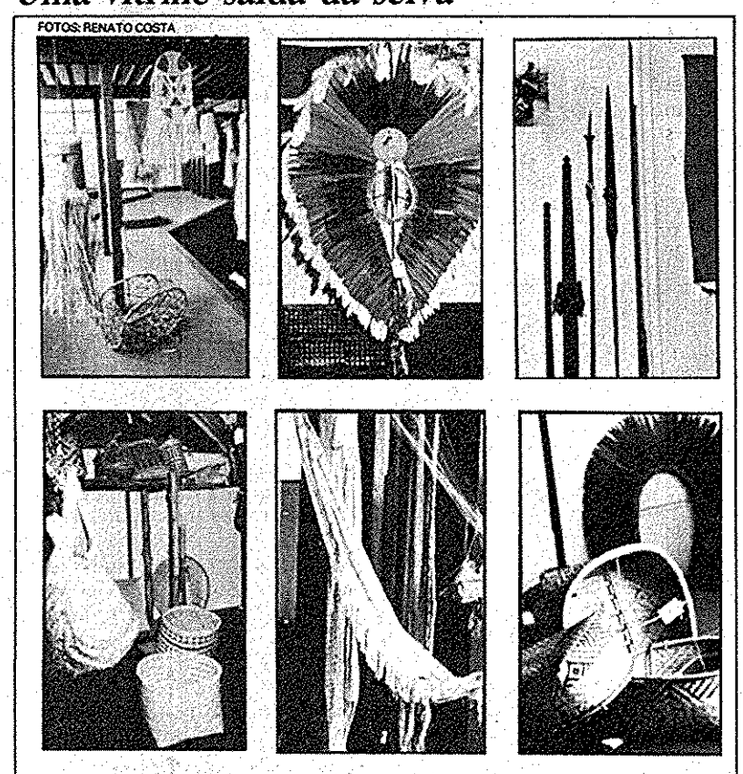
Os artesanatos feitos em cerâmica, plumárias e trançados são os que possuem maior saída, além de colares, pulseiras e adornos em geral. Os valores cobrados pelas peças são estabelecidos pelos próprios ndios e toda a arrecadação obtida é repassada integralmente para eles.

Rosalina disse que há grupos que se destacam notadamente em alguns tipos de artesanatos, como o caso dos índios carajás que são habilidosos na confecção de trançados bem como os xavante e caiapó. Já na cerâmica se sobressaem os assurini, jurunа, waiwai e carajá, e na área das plumárias têm os tapirapé, caiapó, caiabi e a maioria das tribos que habita no parque indígena do Xingu.

Nos últimos anos a Funai, mais e principalmente por ocasião das comemorações da Semana do Índio, tem desenvolvido atividades com o objetivo de despertar na sociedade envolvente, no homem branco, a conscientização e o reconhecimento dos valores culturais indígenas. São montadas feiras com artesanatos de índios das diversas regiões, cuja renda é revertida para os índios.

Uma vitrine saída da selva

FOTOS: RENATO COSTA



■ *Verdadeiras butiques da selva, as oito lojas da Artíndia espalhadas por oito grandes capitais do Brasil atraem turistas de diversas partes do planeta. Chama a atenção a beleza da arte plumária, os trançados, rede, cestos e armas das mais diversas tribos indígenas do Brasil. Se o objeto à venda já foi usado em cerimônias seu preço sobe na cotação da loja.*

Raoni ganha sua escultura

O cacique Raoni será homenageado hoje, às 19h, no "foyer" da sala Villa-Lobos, na inauguração da exposição "Hijos de Nuestra Tierra", do escultor sueco-peruano Felipe Lettersten. A homenagem será com a entrega da escultura de Raoni, em tamanho natural, moldada recentemente no Peru, onde o cacique esteve por 15 dias à convite do artista.

Dezessete monumentos, na sua maioria de índios brasileiros, que Felipe conheceu percorrendo as tribos, em seu ateliê montado num barco de nome **Inca Pacha Kutec**, integram a mostra, que tem o apoio das embaixadas do Peru e Suécia, da Secretaria de Cultura e Esporte e Fundação Cultural do Distrito Federal. "Hijos de Nuestra Tierra" ficará aberta ao público até o dia 27 próximo e integra o programa comemorativo dos 31 anos de Brasília. Felipe Lettersten está no Brasil à convite da Secretaria de Cultura e Esporte e da Nathional Geografic Television.

Cimi demonstra combatividade

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem se mostrado, desde sua criação em 1972, como o órgão mais combativo da política indigenista adotada pelo Governo. Anualmente o Cimi divulga documentos denunciando a violência cometida contra os índios e mostrando os problemas enfrentados.

O Cimi está espalhado por todo o território nacional, representado por 11 regionais mais o secretariado-geral com sede em Brasília. As regionais compreendem a Sul, Leste, Tocantins, Maranhão, Norte I, Norte II, Nordeste, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Teoricamente todos os missionários (religiosos e leigos) que trabalham diretamente com índios no Brasil estão vinculados ao Cimi. O órgão se notabilizou pelas constantes denúncias que realiza sobre fatos que ocorrem com os índios.

Deputada pede a demarcação

ARQUIVO: 20.03.91

Teresa Jucá: menos lutas

A deputada Teresa Jucá, do PDS de Roraima, apresentou projeto de lei fixando em um ano o prazo para que o Governo idenfitique todas as áreas indígenas do País e crie grupo multidisciplinar, coordenado pela Funai, para dirigir a demarcação. O grupo multidisciplinar será constituído pelo Incra, Ibama, Secretaria de Assuntos Estratégicos, dos ministérios da Educação, Saúde, Economia, Agricultura e das Relações Exteriores, e representantes do Legislativo e Executivo estaduais.

A parlamentar roraimense quer assim evitar polêmica como a que foi criada em torno da necessidade de uma área para os 6 mil índios ianomamis de Roraima, para os quais foi formulado projeto de uma super-reserva com 9,4 milhões de hectares. Para cada área indígena será elaborado diagnóstico da comunidade de índios, relacionando aspectos quanto às necessidades de regularização fundiária de agricultores próximos, educação, saúde, auto-sustentação e de meio ambiente. Nas justificativas ao projeto Teresa Jucá explica ser sua intenção neutralizar conflitos e disputas pela terra envolvendo índios.

Indígenas têm casa de saúde e repouso no Rio

Miguel Bueno
Da Sucursal

Rio — Plantada na Ilha do Governador, um bairro do Rio de Janeiro, a primeira Casa do Índio fundada no Brasil, já sob o comando da Funai, conseguiu durante os 23 anos de existência passar por todas as crises econômicas vividas pelo País, e ainda não conseguiu, mesmo diante do olhar despercebido da maioria dos cariocas, que pouco sabem ou nem conhecem a Casa, receber de todo o Brasil cerca de 40 índios por mês com doenças mentais, cardíacas ou até cancerígenas.

Com o objetivo básico de abrigar os índios que precisam de tratamento clínico específico, a Casa foi fundada em 1968 por Eunice Cariri, que se mantém à frente da instituição até hoje. Carioca, apesar do nome, Cariri faz questão de qualificar o índio como homem normal. "Aqui na Casa não há qualquer forma de paternalismo. Há sempre o que fazer para aqueles que estão em fase de recuperação. Nós procuramos evitar a ociosidade", comenta.

Com capacidade para 60 pessoas — após a reforma de de 1983 — , a Casa do Índio, de acordo com Cariri, já recebe mais de 3 mil pessoas vindas de regiões como o Xingu, e toda a área do Amazonas. Todo trajeto feito pelo índio desde sua terra até o Rio, é possível graças a um poderoso rádioamador, pelo qual a casa de dois andares onde estão distribuídos um salão para refeitório outro para lazer e duas alas para repouso feminino e masculino, pode se comunicar com todo território brasileiro.

Aos 55 anos, Cariri — uma autêntica administradora perfeccionista — mantém catalogado todas as entradas e saídas dos doentes, inclusive com a data daqueles que precisam voltar para serem novamente assistidos. "Quando chega a data em que um deles precisa voltar nós ligamos imediatamente para a região pedindo retorno", explica.

A alimentação é outro fator que merece um certo charme dos funcionários sob o comando de Cariri, cujo único título é o diploma de Direito conquistado na Faculdade de Valença. Como existem vários índios com doenças mentais, a utilização do café — que exerce um poder estimulante — é milimetricamente dosado, e o minguau de fubá largamente consumido pelos pacientes.

A administração do dinheiro suficiente para manter a casa em condições higiênicas plausíveis e a alimentação dos pacientes bem balanceada, acaba exigindo de Cariri algumas "acrobacias". Da Funai, a Casa recebe neste trimestre Cr$ 1,6 milhão, que acaba sendo preenchido com o voluntarismo dos médicos — na maioria do Hospital Universitário da Ufrj — e donativos de empresas que mandam mantimentos para a Casa. "É preciso deixar claro, porém, que nós procuramos estabelecer uma relação de troca. A Casa do Índio tem uma Kombi e uma Belina que ajudam o Hospital Universitário também. Não ficamos na porta das instituições pedindo dinheiro", frisou.

Mas apesar de ter construído a Casa do Índio e dedicado parte da vida pelo órgão, Cariri diz ter hoje uma relação ao mesmo tempo profissional e humana pelo trabalho. Ou seja, apesar de se dedicar integralmente ao serviço, não considera a Casa uma obra sua e pretende passar o cargo quando se aposentar. "Ninguém é insubstituível", garante.

Ao lado de dois arquivos onde estão catalogados, os nomes dos índios que entram na Casa, Cariri mantém um terceiro arquivo que ela chama de dados sobre "falsos índios", problema que a Casa normalmente é obrigada a enfrentar.

Na esperança de que o Governo, irá acolhê-los, pelo menos 20 pessoas já chegaram à Casa do Índio fazendo-se passar por membro de tribos indígenas muitas vezes inexistentes no País.

FOTO: JOSÉ VIEIRA/FUNAI

Governo ouve Caiapós

Os presidentes da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, do Ibama, Tânia Munhoz, e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Elmer Prata Salomão, estiveram, esta semana, discutindo alternativas de atividades produtivas e de subsistência com as lideranças caiapó. O encontro foi realizado na aldeia Djudjetuti, localizada no Sul do Pará. Recebida pelo cacique Tuto Pombo e outros sete líderes de mais de três mil índios, a presidente do Ibama anunciou o envio, já na próxima semana, de equipe especializada para avaliar a questão e apresentar sugestão para um projeto de remanejamento florestal que venha a atender o desejo dos índios.